

ANEXO I – TEMAS PARA PROVA DISCURSIVA

1. A declaração de inconstitucionalidade pelos Tribunais em processos subjetivos (aqueles que possuem parte – controle concreto) segue rito específico que permite uma discussão mais ampla acerca da compatibilidade de leis ou atos normativos em face do Texto Constitucional, rito denominado cláusula de reserva de plenário. Discorra sobre a cláusula de reserva de plenário, abordando: a) conceito; b) procedimento; c) exceções a sua aplicação.

2. Sobre o tema "terceirização de serviços", responda: a) Seu conceito. b) É possível a formação de vínculo entre o empregado contratado pela empresa de terceirização e a Administração Pública? Explique. c) A Administração Pública pode ser responsabilizada por débitos trabalhistas quando figurar como tomadora de serviços? Explique.

3. Discorra sobre o prequestionamento e a repercussão geral da matéria como preliminares do recurso extraordinário, abordando conceito, características e fundamento.

4. Sobre o mandado de segurança, responda fundamentadamente:

a) O que significa direito líquido e certo? b) Direitos controversos podem ser objeto de mandado de segurança? c) É cabível mandado de segurança contra agente de pessoa jurídica de direito privado que esteja no exercício de atribuições do Poder Público? d) Existe prazo para impetração do mandado de segurança? Qual?

5. O art. 3º, §2º, do CPC prescreve que: “O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.”. Observa-se que o CPC deixou expressa a sua preferência pela solução amigável dos conflitos, estabelecendo uma sistemática de multiportas alternativas ao Poder Judiciário, como a conciliação, mediação e arbitragem, além da transação direta.

Sobre esse sistema relacionado ao Poder Público, responda fundamentadamente:

a) É correta a afirmação de que o Poder Público jamais poderá realizar acordos em virtude do princípio da indisponibilidade do interesse público? Justifique.

b) É possível a criação de Câmaras de Conciliação e Mediação, de caráter administrativo, pelos órgãos da Administração Pública Estadual, como a Procuradoria-Geral do Estado? Justifique.

6. Comente sobre as dimensões do princípio do desenvolvimento sustentável, a sua previsão no texto constitucional e sua aplicação em relação aos instrumentos previstos na legislação ambiental.

7. Discorra sobre os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que regem a Administração Pública, previstos no “caput” do art. 37 da Constituição Federal.

8. Considerando a teoria dos atos administrativos, diferencie anulação e revogação. Aborde o poder de autotutela da Administração e os efeitos advindos de cada hipótese.

9. Discorra sobre a imunidade tributária recíproca, definindo o conceito, a que tributos se aplica, o rol de beneficiários, bem como se, na posição do STF, ela alcança, ou não, os chamados impostos indiretos.

10. Discorra sobre a responsabilização do sócio-gerente na execução fiscal de créditos tributários, abordando os fundamentos legais e jurisprudenciais a respeito do tema.